O BRASIL E SEU PROBLEMA DE RASCIMO ESTRUTURAL

MARIA IRANI ALVES

RESUMO

Ao longo da história percebe-se negação e desvalorização da cultura negra, e de outras etnias, tentando imprimir a veracidade na história da elite dominante. Deveria ser na escola, que o racismo fosse discutido, já que a cada hora faz vítimas no país. Mas, o que se vê, é uma educação excludente que ainda traz por meio de livros, atividades e conteúdo, a visão do colonizador branco. Este artigo aborda sobre o racismo na escola, traz reflexões sobre as práticas pedagógicas que, mesmo não intencionais, perpetuam a exclusão de conteúdos e vivências importantes para os alunos afrodescendentes. Na atual conjuntura política, econômica e social brasileira, é muito relevante pensar no racismo estrutural que se encontra, muitas vezes, nas instituições de ensino.

Palavras-chave: Racismo; Escola; Discriminação; Diversidade.

INTRODUÇÃO

A atividade é relegada a uma data comemorativa. Assim, é muito importante que os brasileiros conheçam a história e cultura africana, pois neste país, tem-se muitos descendentes. Aqui, não se defende uma cultura em detrimento da outra, mas se espera a construção de uma identidade brasileira que trate as culturas originárias com respeito e igualdade.

A escola deveria ser espaço privilegiado de debates e reflexões sobre racismo, pois é um tema recorrente na sociedade brasileira, mas o que se percebe é que há pouca discussão sobre a história e cultura africana em prol da cultura europeia, dos colonizadores do Brasil. Mesmo com a obrigatoriedade da lei n° 10.639/2003 implantada pelo governo federal, que instituiu o ensino de História e da Cultura Afro-brasileira em todas as escolas do Ensino Fundamental e médio, é pouco conteúdo discutido ou até mesmo trabalhador, reduzindo à atividades perto do dia 13 de maio (Data da Lei Áurea).

Há um mito que não existe racismo, que se vive em uma democracia racial e que todos são iguais. Porém, o que se observa cotidianamente, são casos e mais casos de discriminação, quer apareçam nos jornais, nas redes sociais ou até mesmo nos corredores da escola.

RACISMO ESTRUTURAL E SUAS PASSAGENS HISTÓRICAS

Na metade do século XIX (1855), Gobineau, que mais tarde veio a ser considerado o" pai do racismo" publicou na Europa seu trabalho intitulado "Ensaio sobre as desigualdades de raças". O trabalho de Gobineau explorava fundamentos biológicos para as diferenças, tendo encontrado ampla receptividade (AZEVÊDO, 1987, p. 25).

Seguindo a influência do final da idade média, os europeus passaram então a escravizar os africanos durante séculos, expondo uma teoria de segregação, que o negro era inferior e não tinha alma. Também, nesta época, invadiram as Américas, com a desculpa de estarem colonizando, massacraram milhares de pessoas e além de pilhar os recursos naturais destes países, acabaram com culturas riquíssimas para a imposição do Eurocentrismo:

Durante as décadas de 1850 a 1870 as ideias de raça e racismo se consolidaram na Europa. A partir dessa época, generalizou-se a crença de que certos povos, por questão de raça, não tinham a capacidade de progredir como tantos outros, e os europeus passaram a reconhecer grandes diferenças entre os brancos e as outras raças (AZEVÊDO, 1987, p. 25).

A escravidão na África criou o Apartheid, que foi institucionalizado por leis,

Na África do Sul, o racismo institucionalizado, (apartheid) teve início com a chegada dos colonizadores holandeses em 1652, seguido pelos britânicos e franceses. Através dos séculos, esses colonizadores brancos criaram na África do Sul todas as formas possíveis de despojar e oprimir os habitantes negros em proveito de seus interesses (AZEVÊDO, 1987, p. 27).

Assim, os "dominantes" criaram dispositivos que os ajudavam a manter todo um povo cativo e sem direitos:

A minoria dominante procurava pulverizar o poder dos negros, dividindo as etnias. E, nessa estratégia, o fortalecimento da ideia dos territórios rurais e nativos, os bantustões, teve papel fundamental. Nesses territórios, era incentivado o restabelecimento da organização tribal, enquanto nas cidades as áreas reservadas aos negros eram apenas espécies de acampamentos, de aspecto provisório, como as piores favelas brasileiras (LOPES, 2007, p. 133).

Já Milovic (2004) afirma que essa questão do holocausto ia além da genética, era mais filosófica e cultural:

Trata-se de como tematizar o outro: A partir da caracterização do padrão social das épocas (europeu e cristão), os judeus são o outro fora do padrão e assim deveriam ser eliminados. O racismo se apresentou em várias formas durante os vários períodos da história e continuam até hoje separando e marcando as pessoas em todas as partes do mundo (MILOVIC 2004, p. 104).

Mesmo na era moderna, o que se observou ao longo dos anos foi a perseguição de povos com ideais diversificados, quer sejam por questões raciais, culturais ou econômicas. Nações pautaram a própria economia, educação e cultura na segregação de outras pessoas, oprimindo e muitas vezes matando para consolidar a supremacia idealizada.

O racismo acompanha a humanidade há muitas gerações, quer seja de ordem física, cultural ou étnica. Sempre esteve presente na humanidade estigmatizando, marcando, rotulando ou rebaixando pessoas que a elite econômica da época impunha.

É difícil afirmar e confirmar em qual período histórico surgiu o racismo, porém o que se sabe, é que surgiu no exato momento que alguma raça se sentiu superior à outra e tentou impor as próprias vontades em outros povos, quer seja por guerras, estupros, roubos, conquistas e até colonizações.

Tem-se um registro antigo sobre o racismo, uma escritura feita no Nilo, Egito, feita a cerca de 2.000 anos antes de Cristo (a.C.). Nesta escritura consta que a partir daquele marco, ficava proibida a passagem de negros, exceto com o propósito comercial (AZEVEDO, 1987, p.23). Há uma controvérsia entre os historiadores, dizendo que esta passagem era direcionada aos "núbios", inimigos dos egípcios na época, e que a tradução errônea foi feita pela visão preconceituosa dos europeus (LOPES, 2007, p.16).

Assim, percebe-se que desde muito antes da civilização atual ser concebida, o racismo já existia, tentando imputar à outra raça a sugestão de povo selvagem ou bárbaro. Haja vista o que aconteceu com os povos indígenas de toda a América:

O racismo, desde os tempos antigos, é basicamente uma rejeição daquela pessoa que é diferente de nós. Segundo o historiador Heródoto, os antigos egípcios evitavam a companhia de pessoas de rosto claro e cabelos ruivos, como alguns gregos, por considerá-las maléficas; os persas, por sua vez, consideravam-se absolutamente superiores ao resto da humanidade [...] (LOPES, 2007, p. 18).

Assim, conclui-se que ao longo da história das civilizações, há uma ideia de superioridade e de racismo, quando ela tenta subjugar outro.

[...] o racismo é uma ilusão de superioridade. O racista se acha superior àquele a quem se compara: ele nasceu para mandar e o outro, visto como inferior a ele, para obedecer. O racismo, então, é antes de tudo é uma expressão de desprezo por uma pessoa. Às vezes não por causa de suas características, mas por aquela pessoa pertencer a outro grupo (LOPES, 2007, p. 19-20).

Até Aristóteles, um filósofo grego, definiu de forma preconceituosa o mundo em que vivia, considerando todos os outros, que não fossem gregos, de bárbaros, selvagens e escravos natos (AZEVEDO, 1987).

Há muitas passagens racistas ao longo da história, mesmo na Grécia, conhecida como o berço da democracia e arte. Essas passagens denotavam certa tentativa de hegemonia e pureza, relegando aos outros o posto de escravos, segregando assim, os bárbaros. Platão (428-348 a. C.), na obra "A república" define o estado ideal onde os melhores se relacionam com os melhores, o ouro não se misturando com o bronze (PLATÃO, 2007, p. 242). Isto mostra uma arrogância de supremacia racial.

Nos principais povos da antiguidade, gregos, egípcios, babilônicos e depois romanos, o racismo se tornou sinônimo de escravidão com a descaracterização dos outros povos, imputando-lhes a condição de inferiores e não hábeis intelectualmente. Foi com a ruína do império romano e o nascimento do cristianismo que começou uma relação "amistosa" entre "escravo e senhor" (WEDDERBURN, 2007, p. 53).

Com o cristianismo se alastrando no império romano, a evangelização dos povos "bárbaros" passa a ser regra, mas nada mais é que outra forma de racismo. (SILVA, 2007, p. 89). Então a discriminação toma um vulto de cunho religioso, perseguindo à todos que não eram cristãos:

Com o advento do cristianismo, os judeus passaram a ser acusados de responsáveis pela crucificação e morte de Jesus. Mas segundo o filósofo francês Jean-Paul Sartre, essa acusação seria apenas uma estratégia e propaganda cristã, já que o suplício da cruz era criação dos romanos, e Cristo, na época considerado um agitador político, foi sabidamente executado pelo poder colonial romano (LOPES, 2007, p. 49).

O racismo prossegue se disseminando na medida que povos guerreavam uns com outros pela supremacia econômica, armamentista ou até cultural, ao longo dos tempos.

Na sequência, este artigo traz o racismo na época moderna com o advento das grandes navegações. Então, ao final da idade média, os europeus desenvolveram a tecnologia das grandes navegações, para ampliarem os próprios territórios, assim, o racismo inicia-se na modernidade com o "encontro"

de “novos” lugares favorecendo a colonização e a ideologia preconceituosa que se tem até hoje (AZEVEDO, 1987).

CONFLITOS EM SÉCULOS

Para tentar amenizar os conflitos existentes no país por causa da raça, surge a ideia de que no Brasil havia democracia racial, criando a tese do Branqueamento, que era a defesa do fato de que, dada a realidade do processo de miscigenação na história brasileira, os descendentes de negros passariam a ficar progressivamente mais brancos a cada nova prole gerada. O antropólogo e médico carioca João Baptista de Lacerda foi um dos principais expoentes da tese do embranquecimento entre os brasileiros, tendo participado, em 1911, do Congresso Universal das Raças, em Londres.

Um fator curioso da apresentação de Baptista no Congresso Universal das Raças foi a exibição de uma cópia do quadro “A Redenção de Cam”, do pintor espanhol Modesto Brocos. Este quadro de 1895 apresenta a imagem de uma família: à esquerda, uma senhora negra olhando para os céus em gesto de agradecimento e uma mulher mestiça segurando uma criança branca; à direita, um homem branco observando a esposa e o filho.

A imagem do quadro transmite categoricamente a tese que Baptista defendia: o embranquecimento através das gerações. Blocos propõe a diluição da cor negra na sucessão de descendentes e insere nessa sucessão a “redenção”, a “absolvição” de uma “raça amaldiçoada”, isto é, a descendência de Cam, filho de Noé, que, no livro do Gênesis, é amaldiçoado pelo pai.

A tese do branqueamento ganhou, na época, argumentos por parte de outros intelectuais de peso do Brasil, como Oliveira Vianna. As teses rascialistas, de modo geral, só foram desacreditadas, de fato, após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo por meio de congressos fomentados por organismos internacionais, como a ONU (Organização das Nações Unidas).

O embranquecimento foi difundido como forma de alienação das identidades do povo negro, os quais acreditavam que com essa medida, os filhos seriam incluídos na sociedade, pois na época não eram considerados como integrantes da população. Para André (2008), a miscigenação tornou-se eficaz, pois desenvolveu três formas de ação: A violência sexual praticada pelos senhores de escravos em mulheres negras e indígenas.

Para enfatizar: Mulheres foram estupradas com o objetivo de clarear a população; Casamentos fora da religião; A chegada dos imigrantes no país. Os governantes da época resolveram adotar uma política externa no regime colonial, que facilitava a vinda de imigrantes de todos os países do mundo para o Brasil, oferecendo a possibilidade de trabalho e moradia.

O embranquecimento ainda existe entre pessoas negras devido a desfragmentação identitária. Essa prática está alicerçada na estrutura do racismo, vale lembrar que o racismo é um sistema de poder, logo, as ações estão associadas a uma configuração que o permita se fortalecer e manter o poder:

> A teoria brasileira do “branqueamento” (...) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (...) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada “e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata”. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procuravam parceiros mais claros que elas (SKIDMORE, 1989, p.81).

Até um tempo atrás, a escola não discutia e nem trabalhava com o tema cultura afro-brasileira e nem indígena. Foi por meio de leis que a obrigatoriedade de se discutir estes assuntos foi implantada.

O Dia da Consciência Negra é considerado importante no reconhecimento dos descendentes africanos e da construção da sociedade brasileira. A data, dentre outras coisas, suscita questões sobre racismo, discriminação, igualdade social, inclusão de negros na socie- 283 Revista Educar FCE - 36 ª Edição - Novembro/2020 dada a cultura afro-brasileira, assim como a promoção de fóruns, debates e outras atividades que valorizam a cultura africana.

Aqui nota-se que a lei, vigente em território nacional, foi aprovada tardiamente, apenas em 2.011. Amorim (2007) afirma que:

> a escola na atualidade tem como desafio a inclusão das diferentes pessoas, seja no âmbito das relações, seja no atendimento das necessidades individuais e coletivas. Neste sentido, faz-se necessário que todos os envolvidos com a educação estejam preparados para vivenciar no cotidiano das instituições de ensino alternativas de práticas que ajudem a formar seres humanos mais solidários e que saibam conviver com as diferenças (AMORIM, 2007, p.216).

Desde a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) de 1.996, a educação tenta inserir a temática de cultura indígena e afro-brasileira nos currículos, porém há muita pressão pelos

conservadores que isto não seja feito, afinal o objetivo da elite é manter o oprimido no lugar de subjugado.

Não há priorização do entendimento das formas de organização das tribos indígenas e as relações que estabeleciam entre si, antes, durante e depois da invasão dos portugueses, bem como da cultura, manifestações artísticas, filosóficas, linguísticas e musicais, manutenção dos recursos naturais, dentre outros elementos. Na atual situação política brasileira, os indígenas continuam sendo marginalizados e destituídos de qualquer direito civil:

Ambas, desigualdade social e discriminação, se articulam no que se convencionou denominar "exclusão social": impossibilidade de acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e de participação na gestão coletiva do espaço público — pressuposto da democracia. Por esse motivo, já se disse que, na prática, o Brasil não é uma sociedade regida por direitos, mas por privilégios. Os privilégios, por sua vez, assentam-se em discriminações e preconceitos de todo tipo: socioeconômico, étnico e cultural. Em outras palavras, dominação, exploração e exclusão interagem; a discriminação é resultado e instrumento desse complexo de relações (BNCC, 2001, p. 19).

Professores estão sendo ameaçados, denunciados e têm sofrido pressão de alunas e alunos, bem como de mães e pais, quando buscam sair do eixo de conhecimento euro-estadunidense:

A inviabilização do negro, a difusão de um imaginário negativo em relação ao negro dos significados positivos em relação aos brancos é estratégia de discurso racista observada como forma de discriminação no interior das escolas, via livros didáticos e literatura infanto-juvenil [...] (SILVA, 2008, p. 95).

Num contexto infeliz, docentes cientes de seu papel e, também, do papel transformador da educação podem sofrer pressão, até mesmo, de seus pares e de suas chefias, por estarem cumprindo a lei. Assim, muitos educadores preferem então, dar continuidade na história contada pelos dominantes para não se verem comprometidos:

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta à criança conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela (BNCC, 2001, p.21).

Reconhecer e valorizar os diferentes grupos étnicos presentes na sociedade, em lugar de apresentar apenas as contribuições das pessoas brancas, é fundamental para expor as desigualdades estruturais que perduram até hoje e para problematizar a falsa ideologia da harmonia racial.

Os negros e os indígenas tiveram, e continuam tendo, papel importante na história e na construção da sociedade brasileira. Mesmo assim, esse papel precisa ser evidenciado, no mínimo, no mesmo nível do papel exercido pelo homem branco. Abrir o diálogo estruturado, crítico e democrático é uma maneira de dar voz àqueles que vivenciam o racismo no cotidiano, seja na vida comunitária, na escola, na família ou nas redes sociais.

Todo o processo de ensino e aprendizagem é permeado por experiências raciais. Ou seja, quando não se dá visibilidade a elas, os alunos perdem a compreensão histórica da diversidade étnico-racial na formação da sociedade brasileira. Ou seja, a representatividade é muito importante:

Alguns estudos publicados vêm demonstrando sistematicamente que os negros obtêm piores resultados que os brancos nos indicadores educacionais. Proporcionalmente, maior número de escolares negros evade da escola ou apresenta atraso escolar, seja pela entrada tardia na instituição, seja devido às contínuas repetências (SOUZA, MOTTA, 2002, p. 43).

Segundo Souza e Motta (2002), uma maneira de combater o racismo na escola é conhecer e valorizar a pluralidade étnico-racial brasileira; valorizando as várias culturas presentes no país; reconhecendo as qualidades de cada cultura, valorizando-as criticamente; repudiando todo tipo de discriminação seja ela de ordem religiosa, étnica, sexual, entre outras; valorizando um convívio pacífico e criativo entre os diferentes; por fim compreendendo a desigualdade como um problema social passível de mudanças.

Estudos e formação continuada também são necessários para que os professores possam refletir sobre o material fornecido para as aulas, principalmente aqueles que abordam a perspectiva eurocentrista:

Outra forma de manifestação não-direta de discriminação é a centralidade dos currículos em perspectiva eurocêntrica (simbólica), que valoriza os aspectos de origem e influência da Europa, tomada como lócus da civilização. Paralelamente, os legados de

outras origens são desconsiderados e/ou desvalorizados. O movimento negro e pesquisadores negros mantêm como uma de suas reivindicações no campo da educação o ensino de história e cultura afro-brasileiras como forma de adequar o tratamento do patrimônio cultural negro nos currículos, e de dar visibilidade ao negro na sociedade brasileira (SILVA, 2008, p. 93-94).

A melhor forma de combate ao racismo é o conhecimento. O ser humano, muitas vezes, teme e rejeita o que não conhece. Conhecer pessoas e passar tempo com elas é uma forma de derrubar barreiras e preconceitos. Viagens de campo, feiras étnicas, festivais, ou simplesmente uma visita a um restaurante étnico próximo, podem ser oportunidades para essa interação. Da mesma forma, convidar oradores negros para falar sobre o racismo.

Uma coisa é aprender sobre África e seus povos numa aula expositiva, com o uso de um livro. Outra, bem diferente, é sentir, ouvir, tocar, vivenciar essa cultura apresentada por meio de músicas, instrumentos musicais, palavras e ditados, contos populares, histórias pessoais de imigrantes, obras de arte, artesanato, alimentos, fotografias, tecidos e joias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo traçou um perfil do racismo desde as civilizações antigas até os dias de hoje. Por meio de pesquisa bibliográfica, descreveu-se o racismo em vários ambientes, principalmente nas escolas brasileiras. Entende-se que leis, a cultura e os saberes caminham conforme o grupo que ocupa o poder, mas, acredita-se que independente disso, a escola é espaço de reflexão e construção de discurso de empoderamento e questionamento de desigualdades.

O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, mesmo obrigatório em todo o currículo escolar, se fosse realmente efetivado, permitiria aos alunos conhecerem as próprias raízes, criando novas formas de se relacionarem na sociedade.

Assim, os grupos conservadores temem perder a hegemonia que permite a exploração desenfreada do meio ambiente, o questionamento dos valores de uma única religião, a cristã (leia-se, cristã de manifestação branca), a superação das formas com as quais os recursos, as propriedades e os meios de produção são organizados. Para isso, tentam criminalizar a prática docente, as discussões nas escolas e atacar a diversidade e a luta por equidade.

Conclui-se então que este debate na escola deve promover a compreensão e aceitação do outro, com as diferenças e necessidades. Além de alertar a comunidade escolar, compreendida por pais, alunos, professores, direção, funcionários e familiares, para a necessidade de se atuar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual todos se sintam representados e respeitados nas próprias escolhas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. M. de. O ensino para educação das relações étnico-raciais: um olhar para o cotidiano escolar. In: Revista História e Ensino vol.13. Londrina: Ed. UEL. 2007.

ANDRÉ, M. da C. O ser negro: a construção da subjetividade em afro brasileiros. Brasília: LGE, 2008.

AQUINO, J. G. Diferenças e preconceitos na escola, alternativas teóricas e práticas. São Paulo; Summus; 2001.

AZEVÊDO, E. RAÇA Conceito e preconceito. São Paulo; Ática, 1987.

BENTO, M. A. S. Cidadania em Preto e Branco. São Paulo: Ática, 2005.

BITTENCOURT, C. (org.). O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico - raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC/Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2004.

CAVALHEIRO, E. Racismo e antirracismo na educação, repensando nossa escola. São Paulo; Selo negro edições; 1998.

CORRÊA, M. As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

COSTA, J. C. Contribuição à História das ideias no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 1978. v.1 e 2.

GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) Superando o racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 143 a 154.

LOPES, N. O RACISMO explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro; agir; 2007.

MAGNOLI, D. Uma gota de sangue história do pensamento racial. São Paulo: Contexto; 2009.

MENEZES, W. O preconceito racial e sua repercussão na instituição escolar. São

Paulo; 2002.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2005.

PLATÃO; A República. São Paulo; Martin Claret; 2007.

ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: AQUINO, J. G. (org.) Diferenças e preconceitos na Escola: Alternativas teóricas práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

SANT'ANA, A.O. de. História e Conceitos Básicos sobre o Racismo e seus Derivados. In: MUNANGA, K. (org.) Superando o racismo na Escola. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, P. V. B. Racismo em livros didáticos na escola, estudo sobre negros e brancos em livros de língua portuguesa; São Paulo; 2008.